



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – CMPPM

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CMDLGBT

FLORIANÓPOLIS / SANTA CATARINA

**II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais– LGBT**

Florianópolis / Santa Catarina

2019 a 2022

Pela cidadania plena de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**

Florianópolis / Santa Catarina

GEAN MARQUES LOUREIRO

Prefeito Municipal de Florianópolis

JOÃO BATISTA NUNES

Vice-Prefeito de Florianópolis

MARIA CLAUDIA GOULART DA SILVA

Secretaria Municipal de Assistência Social

MIGUEL ANGELO GONÇALVES DE GREGORIO

Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
Travestis e Transexuais

**Câmara Técnica de Avaliação e Monitoramento do I Plano Municipal LGBT e de
Elaboração do II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**

(Instituída pelo Decreto Municipal Nº 15.067, de 18 de agosto de 2015)

Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres

(Dalva Maria Kaiser /Maria Aparecida Cabral de Sá Nunes)

Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude

(Saulo Silva)

Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial

(Flávia Helena de Lima)

Fundação Municipal de Esportes

(Osnildo Teixeira)

Instituto de Geração de Oportunidades

(Ilson Vanderlei Furtado)

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis

(Lilian Keli Rech)

Secretaria de Estado da Segurança Pública

(Paulo Roberto Cardoso de Andrade)

Secretaria Municipal de Assistência Social

(Anderson Abreu)

Secretaria Municipal de Comunicação

(Cleuse Pereira Soares)

Secretaria Municipal do Continente

(Margarida Machado)

Secretaria Municipal da Educação

(Daniel Berger)

Secretaria Municipal de Saúde

(Luiz Fernando Rufino)

Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão

(Israel Stank Ribeiro)

Secretaria Municipal de Turismo

(Thiago Luiz de Campos Dávila)

ADEH Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
(Fabrícia de Souza)

Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil
(Margareth da Silva Hernandes)

Acontece Arte e Política LGBTI+
(Maria Guilhermina Cunha Salasário / Fabrício Bogas Gastaldi)

Instituto Arco Íris
(Denilson Machado)

Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual
(Ricardo Medeiros)

ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis e Conselho
Regional de Administração
(Fabrício Lima)

Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina e Núcleo
de Identidades de Gênero e Subjetividades/UFSC
(Anahi Guedes de Mello)

Laboratório de Relações de Gênero e Família/UDESC
(Profª Drª Marlene de Fáveri)

MARGENS - Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero/UFSC
(Marília dos Santos Amaral)

Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência
(Fernando Cavallari)

Conselho Municipal de Direitos LGBT
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Florianópolis
Gestão 2018/2020

Conselheiras(os) não governamentais:

I – Acontece – Arte em Política LGBTI+;

Titular: Fabricio Bogas Gastaldi

Suplente: Christian Pedro Mariano / Alexandre Bogas Fraga Gastaldi

II – Instituto de Estudos de Gênero – UFSC;

Titular: Jessica Ferreira da Silva

Suplente: Mateus Gustavo Coelho

III – Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB-SC;

Titular: Margareth da Silva Hernandes

Suplente: Felipe Parize

IV – Associação em Defesa dos Direitos Humanos – ADEH;

Titular: LirousKýo Fonseca Avila

Suplente: Jhoatan Garbin

V – Instituto Arco Íris;

Titular: Denilson Machado

Suplente: Tatiane Santana Fuggi

VI – Margens – Modo de Vida, Família e Relação de Gênero;

Titular: Caio Henrique de Mendonça Chaves Inerocci

Suplente: João Paulo Roberti Junior

VII – Grupo de Apoio e Prevenção da AIDS – GAPA-SC;

Titular: Marília de Souza da Silveira

Suplente: Vagner Gomes de Siqueira

VIII – Conselho Regional de Psicologia – CRP;

Titular: Ematuir Teles de Sousa

Suplente: Pâmela Silva dos Santos

IX – Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais;

Titular: Monica Soares Siqueira

Suplente: Enio Juliano da Rocha Martins

X - ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis;

Titular: Jenn Lopez

Suplente: Fabricio Lima

Conselheiras(os) órgãos governamentais:

I - Secretaria Municipal de Segurança Pública;

a) Titular: Augusto Luiz Fernandes Junior

b) Suplente: Karina Lucia Barbosa Schmitt

II - Secretaria Municipal de Educação;

a) Titular: Ronaldo Amerindo Jorge

b) Suplente: Juliana Souza e Souza

III - Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;

a) Titular: Miguel Ângelo Gonçalves de Gregório

b) Suplente: Aloana Maria Soares

IV - Secretaria Municipal da Saúde;

a) Titular: Bianca de Sousa Valverde

b) Suplente: Anelise Alves Nunes Schons

V - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude;

a) Titular: Selma Mirapalheta Bastos

b) Suplente: Anderson Carlos Santos de Abreu

VI - Fundação Municipal de Esportes;

a) Titular: Sandro Ventura

b) Suplente: Lucas da Rosa Fagundes

VII - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOP);

a) Titular: Maritza Fabiane Celestino

b) Suplente: Marina Marques Iulli

VIII - Secretaria Municipal de Assistência Social;

a) Titular: Audenir Cursino de Carvalho

b) Suplente: Luciana de Bastos Silva

IX – Instituto de Previdência De Florianópolis (IPREF);

a) Titular: Alex Sandro Valdir da Silva

b) Suplente: Lilian Keli Rech

X - Gabinete do Prefeito:

a) Titular: Gabriel Valentim dos Santos

b) Suplente: Sandra Maria Raimundo

Comissão Revisora do Plano

2019

Alexandre Bogas Fraga Gastaldi

Audenir Cursino de Carvalho

Fabricio Bogas Gastaldi

Margareth da Silva Hernandes

Miguel Ângelo Gonçalves de Gregório

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
OBJETIVOS.....	15
1 EIXO SAÚDE.....	18
2 EIXO PREVIDÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO	30
3 EIXO TURISMO, CULTURA E ESPORTES.....	35
4 EIXO EDUCAÇÃO	44
5 EIXO SEGURANÇA.....	53
6 EIXO COMUNICAÇÃO.....	58
7 EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL	64

LISTA DE SIGLAS

Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida¹

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

HSH – Homens que fazem Sexo com Homens

HSHM – Homens que fazem Sexo com Homens e Mulheres

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais²

MSM – Mulheres que fazem Sexo com Mulheres

MSMH – Mulheres que fazem Sexo com Mulheres e Homens

ONG – Organização Não-Governamental

SUS – Sistema Único de Saúde

¹ O uso da sigla no formato Aids ou aids segue as orientações do Ministério da Saúde. Disponível em <http://www.aids.gov.br/>

² No dia 08 de junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegadas(os) nacionais, reunidas(os) em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil.

GLOSSÁRIO

Bissexual: É a pessoa que se relaciona afetivamente e/ou sexualmente com qualquer dos gêneros. Bi é uma forma reduzida para se referir às pessoas bissexuais.

Cisgênero: é a pessoa que possui uma identidade de gênero concordante àquela que lhe foi designada no nascimento.

Cisheteronormatividade: discursos e práticas que excluem, patologizam e punem as identidades de gênero e os relacionamentos afetivos e sexuais que se manifestam fora da coerência entre sexo-gênero-desejo. Baseia-se na ideia de que pessoas cisgêneras e heterossexuais são naturalmente superiores ou “mais normais” do que as pessoas trans e homossexuais.

Disque 100 – O Disque Direitos Humanos: Disque 100 é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania. Lançado em 2003, é vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que recebe demandas relativas a violações de Direitos Humanos.

Gay: pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo sexual com outras pessoas do gênero masculino.

Homofobia: ideias e práticas de discriminação, estigmatização e violência contra pessoas LGBT e, mais genericamente, contra todas as pessoas cujas expressões de masculinidade e feminilidade não se enquadrem nas normas de gênero, culturalmente estabelecidas. A homofobia vai além do grave quadro de hostilidade e violência contra pessoas LGBT, pois produz processos discriminatórios, representações estigmatizantes, processos de exclusão, dentre outros, voltados contra tudo aquilo que remeta, direta ou indiretamente, às práticas sexuais e identidades de gênero discordantes do padrão heterossexual e dos papéis estereotipados de gênero.

Homossexual: pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo sexual com pessoas do mesmo sexo.

Identidade de gênero: É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o

senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta e modo de falar.

Gênero: significados que atribuímos aos homens e às mulheres baseados em construções sociais, históricas e culturais, deste modo não podem ser tomados como fixos, naturalizados e hierarquizados. Sendo assim, falar sobre gênero é falar sobre padrões culturais e preconceitos buscando eliminar sofrimentos e discriminações.

Laicidade: sistema que separa a religião do exercício do poder político ou administrativo. Corresponde à garantia incondicionada da liberdade de escolha e de ação, especialmente no âmbito político, distintamente da posição segundo a qual se defende a conciliação ou a submissão da liberdade à autoridade de uma ideologia ou de uma instituição ou crença religiosa.

Lésbica: pessoa do gênero feminino que têm desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo sexual com outras pessoas do gênero feminino.

Lesbofobia: aversão, violência, discriminação contra lésbicas por conta da orientação sexual.

Nome social: é o nome pelo qual as pessoas travestis e transexuais se identificam, em respeito à sua autonomia e expressão de gênero, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.

Orientação sexual: é a atração afetiva e sexual que uma pessoa sente pela outra.

Transexual: é a pessoa que possui uma identidade de gênero diferente daquela designada ao nascimento, e que lhe foi atribuída conforme suas características anatômicas. Não está relacionada com a orientação sexual, uma vez que transexuais podem ser bissexuais, homossexuais ou heterossexuais. A transexualidade se dá pelo modo como a pessoa se identifica e entende seu corpo e a si mesma no mundo, não estando condicionada a procedimentos cirúrgicos. O termo também pode ser usado em suas variações “pessoas trans”, ou ainda, “homens trans” e “transhomens” para se referir aos transexuais masculinos, “mulheres trans” para se referir às transexuais femininas e “trans não binários” em

referência às pessoas trans que não se identificam apenas com o masculino ou com o feminino.

Travesti: é a pessoa que possui uma identidade de gênero diferente daquela designada ao nascimento, e que lhe foi atribuída conforme suas características anatômicas. É também um termo muito utilizado como resistência política, como forma de desnaturalizar o estigma e preconceito historicamente atribuído às travestis. É uma identidade de gênero que sempre se refere ao gênero feminino e não está condicionada ao desejo por intervenções cirúrgicas.

Transfobia: ideias e práticas de discriminação, estigmatização e violência contra as pessoas travestis e transexuais. Algumas das práticas mais naturalizadas da transfobia são os processos de exclusão, negação de direitos básicos e restrições de acesso às políticas públicas de educação, saúde, assistência, emprego e aposentadoria. Do mesmo modo, violências físicas, psicológicas (como ofensas e xingamentos), a não utilização do nome social e o impedimento do uso do banheiro são formas de desrespeito à identidade de gênero.

Violência institucional: tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, orientação sexual, étnico-raciais, econômicas etc.) praticadas por diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem as sociedades.

Violência de gênero: práticas de violência psicológica, física, moral, patrimonial, institucional e sexual baseada na desigualdade, na qual um gênero é considerado inferior em relação a outro gênero.

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal apresenta à sociedade de Florianópolis, às gestoras e gestores públicos e segmentos organizados da população LGBT o **II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**.

O II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT foi elaborado pela *Câmara Técnica de Elaboração, Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT*, instituída pelo Decreto Municipal Nº 15.067, de 18 de agosto de 2015, sendo discutido e aprovado na *II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT*, realizada nos dias 23 e 24 de outubro de 2015, na cidade de Florianópolis. Revisado em julho de 2019 pela atual gestão do Conselho Municipal de Direitos LGBT com o objetivo de adequar e atualizar as políticas públicas de responsabilidade do município.

Este importante documento reflete as necessidades da população LGBT de Florianópolis, traça redes de fortalecimento entre Estado e sociedade civil e ações estratégicas que fomentem as políticas públicas, por meio de um compromisso político com os direitos humanos e na luta contra todas as formas de opressão e discriminação.

A partir do engajamento coletivo para a construção e discussão deste plano é possível afirmar que o intenso ativismo dos movimentos sociais tem permitido avanços na garantia dos direitos humanos, gerando condições para a criação e implementação de propostas e políticas públicas voltadas à população LGBT. Também temos testemunhado nos últimos anos a mobilização e a atuação da sociedade civil, assim como a concretização de algumas ações que, gradativamente, vêm pautando e ampliando a atenção às pessoas LGBT.

Entretanto, ainda são cotidianas as notícias de violências, desrespeito, negligências, omissão, abandono e diferentes processos de exclusão os quais a população LGBT tem sido vítima. Em um grau ainda maior de descaso, crueldade e desumanidade os números de assassinatos apontam diariamente para a naturalização do extermínio desta população.

Sobre isso, a invisibilidade das pessoas LGBT pode ser demonstrada na fragilidade dos dados oficiais a respeito de suas vidas no país. Neste momento, não contamos com mapeamentos e estatísticas oficiais que sejam detalhadas, em referência à população LGBT no Brasil, tampouco o número de violências e mortes.

No censo do IBGE de 2010, quando pela primeira vez foi realizado um levantamento sobre pessoas LGBT, a pesquisa teve como foco apenas casais que coabitavam. Ainda que o mapeamento tenha sido bastante restrito e direcionado a um público muito específico foram levantados cerca de 10.000 casais, o que já demonstra um número expressivo, mesmo que pouco visibilizado. Deste modo, como elaborar políticas públicas para esse público? Como reconhecer os crimes de lesbofobia, homofobia e transfobia se nos formulários dos Boletins de Ocorrência ainda existem controvérsias, desconhecimento e, por vezes, recusadas(os) profissionais sobre o uso dos termos homofobia e transfobia como forma de tipificação dos crimes. Como mapear a população LGBT e suas vulnerabilidades, se gestoras e gestores da segurança pública ainda não estão convencidas(os) de que inserir os termos orientação sexual e identidade de gênero é importante para as investigações criminais com motivações LGBTfóbicas?

Segundo dados informados pelo Disque 100, pelo Disque 180 e a partir do mapeamento informal das mídias escritas e sociais realizado pelo Grupo Gay da Bahia, em 2018, foram assassinadas 320 pessoas LGBT no Brasil e 100 suicídios. Isso significa um crime de ódio a cada 20 horas. O alto índice de violência levou o Brasil à liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas LGBT (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018).

Mais especificamente, sobre a violência que incide sobre as pessoas travestis e trans, a organização europeia *Transgender Europe* em seu monitoramento global divulgou que até setembro de 2016 foram assassinadas pelo menos 295 pessoas travestis e transexuais em 33 países do mundo. Destas mortes, 123 ocorreram no Brasil. O relatório mostra que nos oito anos da pesquisa, o Brasil contabilizou 900 do total dos casos, o maior número absoluto da lista (TRANSGENDER EUROPE, 2016). A maioria dos crimes é motivado pela transfobia, ou seja, por práticas de violências às pessoas travestis e transexuais naturalizadas e justificadas pela cultura machista e misógina da sociedade em que vivemos.

No que se refere ao ano atual, a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil) contabilizou de janeiro a maio de 2017 o assassinato de 60 pessoas travestis e transexuais no país (REDE TRANS, 2017). A maioria brutalmente violentada, com pouca ou nenhuma vinculação na mídia e investigação policial.

No contexto local, o estado de Santa Catarina, no ano de 2015, por meio da Secretaria Estadual de Segurança Pública de Santa Catarina – SSP/SC contabilizou 211 ocorrências de homofobia nos últimos dois anos, dessas 6 (seis) foram assassinatos. Se tomarmos o Disque 100 como referência identificamos 23 denúncias por discriminação, violência psicológica e física, negligência e outros. Comparando as denúncias do Disque 100 e as informações da SSP/SC, vemos que esses números, além de disparatados, estão longe da realidade que a população LGBT enfrenta. Um dos indicativos dessa afirmativa aponta que o fluxo de recebimento de denúncias da ouvidoria do estado de SC não é compatível com o fluxo do Disque 100 (nacional), ou seja, não há denúncias porque não há um órgão que realize a intermediação entre o Disque Denúncia Nacional e a ouvidoria do estado de Santa Catarina.

Estas dificuldades no encaminhamento e resolução das denúncias trazem à tona outro ponto importante de reivindicação no que diz respeito aos direitos humanos da população LGBT, trata-se da inexistência do Conselho Estadual de Direitos de LGBT, mesmo após o governo do estado já ter assinado o Termo de Cooperação Técnica para Articulação e Implantação de Políticas de Enfrentamento às Homofobias no Brasil (SANTA CATARINA, 2011).

Na capital do estado, Florianópolis, apesar da assinatura do I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT e de ter sido instituído por meio do Decreto Nº 9998, de 21 de maio de 2012, ainda não dispomos de um levantamento, e conseqüentemente, não contamos com um sistema estatístico elaborado. Por conta disso, salientamos a importância da implementação das ações dos eixos deste II Plano de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT no município, não apenas para mapear e gerenciar dados, mas para que possamos identificar as vulnerabilidades e as potencialidades das pessoas LGBT de Florianópolis.

Frente as fragilidades e necessidades das ações e políticas públicas do estado e município apresentadas até aqui, a Coordenadoria Municipal de Política para as

Mulheres de Florianópolis – CMPPM, em março de 2015, juntamente com a participação da sociedade civil organizada, entidades científicas, conselhos e órgãos do governo municipal, criou um grupo de estudos e avaliação do I Plano LGBT que deu origem à composição da *Câmara Técnica para Elaboração, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT – CTLGBT*.

Seguindo as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à efetivação dos direitos e do exercício pleno da cidadania, conforme prevê o rol de garantias fundamentais previsto no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em outubro de 2015, após um ano de reuniões e intensos debates entre representantes da sociedade civil e representantes governamentais, a CTLGBT apresentou durante a *II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT* um texto-base contendo propostas de eixos, metas e ações para a elaboração do II Plano LGBT.

Os eixos do plano estão estruturados conforme a divisão e a nomenclatura das secretarias municipais daquele momento³, são elas: **1) saúde; 2) previdência social, trabalho e emprego; 3) turismo, cultura e esportes; 4) educação; 5) segurança; 6) comunicação e 7) assistência social.**

Para o preparo e desenvolvimento do trabalho participativo, durante a II Conferência Municipal foram organizados Grupos de Trabalho conforme os eixos do plano. Nestes Grupos as propostas foram debatidas, reformuladas, ampliadas e aprovadas de forma pública e coletiva entre sociedade civil, movimentos sociais, organizações não-governamentais, profissionais e pesquisadoras(es) interessadas(os) na temática do eixo.

As metas de todos os eixos estão divididas em duas linhas de ação. A primeira, comum a todos os eixos deste plano, diz respeito à *promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas* e a segunda linha de ação tem como foco, a *transversalização das políticas LGBT nas diversas áreas*. A partir destas duas linhas

³ O II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT foi elaborado, discutido, aprovado e revisado no período de janeiro de 2015 a julho de 2019.

de ação são apresentadas propostas de ações de acordo com as especificidades de que cada área e da demanda da população LGBT referentes àquele eixo.

Neste sentido, a construção deste II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT parte da perspectiva, de que somente será efetiva a resposta pública, que considere todos os fatores que estruturam, produzem ou reforçam as diferentes dimensões das vulnerabilidades individuais, programáticas e sociais a que estão expostas as pessoas LGBT.

Estamos cientes de que embora tais ações e políticas sinalizem algumas mudanças no contexto sociopolítico brasileiro, marcado pela exclusão e discriminação produzidas pelas cisheteronormatividade, ainda há muitos desafios que precisam ser superados para reduzir as vulnerabilidades que permeiam o contexto de vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Os próximos passos apontam para a necessidade de apropriação deste plano por estudantes, escolas, professoras(as), famílias, gestoras e gestores, instituições, fundações, secretarias, sindicatos, associações, núcleo de pesquisa, conselhos de classe profissional, conselhos municipais, entidades de movimento social, enfim pelas organizações governamentais e não governamentais do município de Florianópolis, de forma que estas palavras aqui escritas coletivamente se tornem vivas por meio da ação política transformadora.

Acreditamos, assim, estar colaborando na construção de uma sociedade Florianopolitana livre de preconceitos, engajada na luta contra as formas de opressão e que valoriza todos os seus cidadãos e todas as suas cidadãs sem nenhum tipo de preconceito, discriminação e desrespeito à diferença.

OBJETIVOS

Art. 1º São objetivos do presente plano:

I – Executar, acompanhar e avaliar a política municipal de promoção aos direitos humanos e a cidadania LGBT;

II – Promover os direitos fundamentais da população LGBT florianopolitanas de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;

III – Implementar ações governamentais, promovendo as articulações entre órgãos municipais, e entre estes, e entidade beneficentes e/ou de assistência social, assim como as entidades da sociedade civil que tratem da temática diretamente necessárias à implementação da política municipal em questão;

IV – Promover a cooperação da sociedade, da família e do município na promoção da autonomia, participação e integração da pessoa LGBT à sociedade;

V – Promover o direito à vida, à cidadania, à dignidade, à segurança, à saúde, à educação, à cultura e ao bem estar social;

VI – Proteger a cidadã e o cidadão contra discriminação de qualquer natureza;

VII – Prevenir e educar para o enfrentamento do preconceito, discriminação e violência motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero;

VIII – Universalizar os direitos sociais, a fim de incluir pessoas LGBT atendidas pelas políticas públicas;

IX – Transversalizar político-administrativamente os programas, projetos, serviços e benefícios de atenção à pessoa LGBT;

X – Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidades e de tratamento às pessoas profissionais do sexo;

XI–Estimular a participação da sociedade por meio de suas organizações representativas;

XII – Possibilitar o planejamento de ações a curto, médio e longo prazo, com metas exequíveis, objetivos claros, a aferição de resultados e garantia de continuidade a serem definidas pelo poder executivo através de edição de decreto.

Art. 2º Esse plano abrange todas as pessoas que sofrem discriminação em razão de sua, orientação sexual, identidade de gênero ou prática sexual, abarcando assim as pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), os HSH (homens que fazem sexo com homens), as MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres) e as(os) profissionais do sexo.

Parágrafo único: O presente plano entende como práticas sexuais apenas aquelas lícitas de acordo com a lei vigente.

Ações Governamentais

Art. 3º O II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT parte da certeza de que o maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Dessa forma, é uma estratégia de longo alcance no sentido de democratização do Estado, sendo de responsabilidade do conjunto de governo e não de uma área específica. Sua implementação requer a ação coordenada e articulada de vários órgãos, secretarias, fundações, institutos. Para tanto, faz-se necessária a criação de uma rede institucional entre Governo Municipale Secretarias para a implementação do Plano, com vistas a garantir o alcance de seus resultados e a superação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no município.

Art. 4º Na implementação do II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, os órgãos e entidades municipais envidarão esforços para realizar as ações conforme os eixos temáticos:

1 EIXO SAÚDE

1.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais da saúde nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>1.1.1 Promover formação continuada junto às equipes técnicas multiprofissionais e gestoras de toda rede de saúde do SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária, no que diz respeito ao município), rede suplementar do município, penitenciária e conselho municipal de saúde, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção, atendimento e acolhimento das pessoas usuárias; • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Violências entre pessoas LGBT; • Inclusão das pessoas LGBT com deficiência nas ações e programas que abordam Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo 	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Rede Suplementar de Saúde</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselhos profissionais de saúde</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>	<p>2020</p>

<p>com a auto identificação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Especificidades no cuidado à saúde da população de pessoas transexuais e travestis na atenção primária; • Especificidades no cuidado à saúde da população LGBT com idade superior a 60 anos e inferior a 18 anos. • Fomentar a Educação Permanente aos profissionais de saúde quanto ao tema aborto. Capacitar os profissionais de saúde para acolher e orientar usuários (as) lésbicas, bissexuais, homens trans e pessoas não binárias em casos de aborto legal ou não. 			
<p>1.1.2 Realizar Seminário Municipal com o objetivo de discutir e construir estratégias para a atenção integral à saúde da população LGBT envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política Nacional de Saúde Integral LGBT; • Especificidades de gênero, classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regionais, diversidade religiosa, população em situação de rua, comunidades tradicionais e pessoas privadas de liberdade; • O enfrentamento e controle de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais entre a população LGBT, a partir da avaliação dos Plano de Enfrentamento da Epidemia de HIV/Aids e Plano de Enfrentamento da Feminilização do HIV/Aids e outras IST; • Violências e notificação compulsória; • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no âmbito social e nos serviços de saúde. 	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	<p>2020</p>
<p>1.1.3 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016, para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais</p>	<p>Permanente</p>

<p>1.1.4 Inserir na bibliografia de concursos públicos e processos seletivos da Secretaria Municipal de Saúde a temática de gênero e sexualidades,tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concursos para servidoras(es) públicos; • Concursos para residências em saúde; • Processos seletivos para contratação de profissionais temporárias(os). 	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>LGBT</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2021</p>
<p><i>1.2 Linha de ação:Atendimento específico e tratamento de forma igualitária e universal à população LGBT</i></p>			
<p>AÇÕES</p>	<p>ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS</p>	<p>PARCEIROS</p>	<p>PRAZO</p>

<p>1.2.1 Fomentar a adequação dos cadastros/fichas/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária, no que diz respeito ao município), rede suplementar do município e penitenciária com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados pela rede municipal de saúde, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prontuário do SUS; • Protocolo de atendimento; • Ficha de notificação de violência; • Cartão do SUS; • Requerimento de exames; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Rede Suplementar de Saúde</p> <p>Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2021</p>
<p>1.2.2 Gerar dados, produzir e divulgar periodicamente informações sobre a população LGBT no município, baseados nos novos campos de preenchimento dos documentos listados na ação 1.2.1.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	<p>2022</p>

		Organizações da Sociedade civil	
1.2.3 Garantir o atendimento integral à saúde na atenção primária e nos demais níveis de atenção para população LGBT, em especial às pessoas travestis e transexuais, seguindo os princípios do Plano de Política Nacional de Saúde Integral LGBT.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Rede Suplementar de Saúde	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais. Movimentos Sociais LGBT	2020
1.2.4 Apoiar, fortalecer e expandir para todos os serviços de atenção primária e secundária o projeto de “Ambulatório de atendimento integral de pessoas travestis e transexuais na atenção primária”, iniciado no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição em 2015, vinculado à Residência em Medicina da Família e Comunidade e à Secretaria Municipal de Saúde, em 2017 mudado para o Centro de Saúde do Saco Grande e em 2019 regionalizada no Centro de Saúde do Estreito e do Campeche.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Residência em Medicina da Família e Comunidade	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa	2021
1.2.5 Garantir acesso ao Tratamento Fora do Domicílio – TFD da Secretaria Municipal de Saúde para a realização da cirurgia de redesignação sexual, mamoplastia de aumento, mamoplastia redutora, mastectomia, reconstrução mamaria, condrolaringoplastia, metoidioplastia, entre outras consideradas na PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013 do Ministério da Saúde que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina	2020
1.2.6 Promover atenção especial à saúde de lésbicas e mulheres bissexuais, adotando os princípios da Política Nacional de Saúde de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, especialmente no que se refere à saúde sexual e reprodutiva.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres –	2020

		<p>CMPPM</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	
1.2.7 Promover atenção à saúde sexual e reprodutiva dos homens transexuais, adotando os princípios da Política Nacional de Saúde do Homem.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	<p>Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPM</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	2021
1.2.8 Produzir em parceria com os movimentos sociais LGBT material educativo e informativo utilizando linguagens e formatos acessíveis, adotando as terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sobre os	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis	2020

<p>temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção de doenças; • Direitos e saúde sexuais e reprodutivos; • Prevenção de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais; • Promoção da saúde da população LGBT. 	de Comunicação – SECOM	<p>e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	
<p>1.2.9 Promover ações de atenção à saúde mental da população LGBT nos serviços de saúde, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pronto atendimento hospitalar; • Unidades de Pronto Atendimento – UPA; • Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; • Unidades Básicas de Saúde – UBS; • Estratégia Saúde da Família – ESF; • Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF; • Policlínicas. • Centro de testagem e aconselhamento - CTA 	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p>	2020
<p>1.2.10 Garantir atendimento à população LGBT em situação de violência por meio do Protocolo da Rede de Atenção Integral às pessoas em situação de Violência Sexual – RAVS.</p>	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Secretaria Estadual da Saúde</p>	2019

		Promotoria Pública Municipal Secretaria Municipal de Segurança	
1.2.11 Incentivar, apoiar e acolher projetos de organizações da sociedade civil direcionados a ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, assim como na defesa dos direitos e fortalecimentos das redes da população LGBT.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Universidades	2020
1.2.12 Consultar os movimentos sociais LGBT e o Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais para idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços voltados à promoção, prevenção e atenção à saúde e aos direitos da população LGBT.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2019
1.2.13 Assegurar que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços da rede de atendimento do SUS contemplem concepções diferenciadas de família e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades	2021
1.2.14 Desvincular o sexo/gênero como fator condicional para exames, tais como: PSA, USG transvaginal, mamografias, preventivos entre outros.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Rede Suplementar de Saúde	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPM Conselho Municipal dos Direitos LGBT	2021

		Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM Movimentos Sociais LGBT	
1.2.15 Garantir a inclusão na Relação Municipal de Medicamentos (REMUNE) as seguintes medicações: Undecanoato de Testosterona, Caproato de testosterona e Cipionato de testosterona, Valerato de Estradiol, acetato de ciproterona, di-hidrotestosterona, 17-beta estradiol (gel e comprimido), espironolactona e enantato de estradiol para travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Rede Suplementar de Saúde	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPM Conselho Municipal dos Direitos LGBT Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM Movimentos Sociais LGBT	2020
1.2.16 Assegurar o acompanhamento por Doula durante a gestação, parto e puerpério em todos os espaços de cuidado integral em saúde reprodutiva para lésbicas, bissexuais, homens trans e pessoas não binárias.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Rede Suplementar de Saúde	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPM Conselho Municipal dos LGBT Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM Movimentos Sociais	2019/2020

		LGBT	
1.3 Linha de Ação: Implementação e aperfeiçoamento das ações de enfrentamento às IST, HIV/Aids e Hepatites Virais			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
1.3.1 Sensibilizar e instrumentalizar gestoras(es) dos Programas Municipais de Saúde e profissionais da Rede Especializada para incluir em seus programas metas, ações específicas e alocação de recursos direcionados à prevenção das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais junto à população LGBT, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH, Mulheres que fazem Sexo com Mulheres – MSM, Homens que fazem Sexo com Homens e Mulheres – HSHM e Mulheres que fazem sexo com Mulheres e Homens - MSMH.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT	2020
1.3.2 Apoiar no âmbito do município a realização contínua de atividades de prevenção às IST, HIV/Aids e Hepatites Virais, incluindo as tecnologias vigentes tais como a profilaxia Pré-exposição – PREP, a Profilaxia Pós Exposição – PEP, testagem rápida, bem como outras que promovam o diagnóstico de HIV, sífilis e hepatites.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Secretaria Estadual de Saúde	2020
1.3.3 Ampliar a aquisição e distribuição de gel lubrificante íntimo e preservativos masculino (nos tamanhos 52 e 55) e feminino, assim como luvas descartáveis de látex, para as ações de prevenção direcionadas à população LGBT, HSH, MSM, HSHM e MSMH.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT	2020
1.3.4 Realizar campanha municipal de incentivo ao diagnóstico precoce de HIV e outras IST com testagem rápida direcionada à população LGBT, HSH, MSM, HSHM e MSMH.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Universidades	2019/2020
1.3.5 Desenvolver estratégias para ampliar o acesso da população LGBT às vacinas disponíveis na rede pública de saúde.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Movimentos Sociais LGBT Hospital Universitário/ HU – UFSC	2019/2020

		Secretaria Estadual de Saúde	
1.3.6 Aprimorar e promover atenção integral à saúde da população LGBT que vive com IST, HIV/Aids e Hepatites Virais considerando os fatores gerais e específicos que contribuem para o aumento de suas vulnerabilidades.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2019/2020
1.3.7 Desenvolver junto aos movimentos LGBT, campanhas sobre discriminação contra pessoas vivendo com HIV/Aids visando à diminuição do estigma e o esclarecimento sobre as possibilidades de cuidado de si e formas de conviver com o vírus.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Secretaria Estadual de Saúde	2020
1.3.8 Ampliar a circulação e divulgação de materiais informativos sobre estratégias que favoreçam a qualidade de vida de pessoas (con)vivendo com HIV/Aids, produzidos pelos órgãos governamentais, organizações não-governamentais, associações, grupos e instituições de pesquisa que atuam na luta contra a Aids.	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Secretaria Estadual de Saúde Movimentos Sociais LGBT Universidades Núcleo de Pesquisa Mídia	2020
1.3.9 Assegurar que as campanhas e materiais informativos sobre prevenção, diagnóstico e tratamento das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais adotem linguagens e formatos acessíveis às pessoas com	Secretaria Municipal de Saúde – SMS	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays,	2020

<p>deficiência, adotando as terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	
<p>1.3.10 Fortalecer as redes de solidariedade, apoio e acolhimento à população que (con)vive com HIV/Aids possibilitando, dessa maneira, uma resposta mais efetiva em relação à adesão aos tratamentos com antirretrovirais (ARV), bem como uma atenção maior à saúde mental desta população.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde – SMS</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p>	<p>2020</p>

2 EIXO PREVIDÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO

2.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais das áreas de Previdência Social, Trabalho e Emprego nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>2.1.1 Promover formação continuada junto às equipes técnicas e gestoras de toda rede da Previdência Social, Trabalho e Emprego, incluindo as(os) servidoras(es) terceirizadas(os) e empresas contratadas pela prefeitura e setores responsáveis pelo atendimento, profissionalização e encaminhamento para o mercado de trabalho, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção e atendimento das pessoas que buscam os serviços; • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; • Direitos previdenciários da população LGBT; • Arranjos familiares LGBT; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero. 	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>	2020

<p>2.1.2 Promover palestras em órgãos públicos (escolas, universidades, unidades de formação, albergues) e privados sobre o Plano Simplificado de Previdência Social e direitos previdenciários da população LGBT, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p> <p>Sistema S</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>	<p>2020</p>
<p>2.1.3 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016, para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>Permanente</p>
<p><i>2.2 Linha de ação: Atendimento igualitário à população LGBT nos serviços de Previdência Social, Trabalho e Emprego</i></p>			
<p>AÇÕES</p>	<p>ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS</p>	<p>PARCEIROS</p>	<p>PRAZO</p>
<p>2.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento de toda rede da Previdência Social, Trabalho e Emprego do município, com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Identidade de Gênero e Orientação Sexual em todos os documentos utilizados nos serviços, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fichas de cadastro de emprego; • Fichas de inscrição em cursos profissionalizantes; • Certificados; 	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2021</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Demais cadastros utilizados. 			
<p>2.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Identidade de Gênero e Orientação Sexual, para implementação de políticas de ações afirmativas nos setores públicos e privados, com o objetivo de inclusão da população LGBT no mercado de trabalho.</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p>	<p>2022</p>
<p>2.2.3 Produzir junto aos movimentos sociais LGBT campanhas educativas e informativas sobre Previdência Social, Trabalho e Emprego, utilizando linguagens e formatos acessíveis, tendo em vista a adoção das terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.</p>	<p>Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF</p> <p>Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência –</p>	<p>2020</p>

		CMDPD Universidades Institutos de pesquisa	
2.2.4 Incentivar e acolher projetos de organizações da sociedade civil direcionados às temáticas: Previdência Social, Trabalho e Emprego para população LGBT.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Sistema S	2020
2.3 Linha de Ação: Cobertura e divulgação do Plano de Previdência Social do município			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
2.3.1 Divulgar junto à população LGBT os direitos assegurados através da contribuição à Previdência Social, bem como o código de contribuinte nº 5.198 para uso das(os) profissionais do sexo, seguindo o Código Brasileiro de Ocupação.	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Florianópolis – IPREF	Conselho Municipal dos Direitos LGBT Movimentos Sociais LGBT Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SC CRAS – Centro de Referência de Assistência Social CREAS – Centro de Referência	2020

		Especializado de Assistência Social	
2.4 Linha de ação: Inclusão da população LGBT no mercado de trabalho			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
2.4.1 Divulgar cursos profissionalizantes existentes e ofertas de estágio remunerado de forma não-sexista e discriminatória.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF	Movimentos Sociais LGBT Agentes integradores	2020
2.4.2 Promoção de programas que visem o acesso ao primeiro emprego para jovens LGBT.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF Programa Jovem Aprendiz	Movimentos Sociais LGBT Agentes integradores	2020
2.4.3 Promover e garantir e a inclusão da população de idosas lésbicas, gays, bissexuais, priorizando as pessoas travestis e transexuais aos programas específicos de empregos.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF	Movimentos Sociais LGBT	2020
2.4.4 Apoiar a inclusão da juventude LGBT nos programas governamentais de capacitação para o trabalho.	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT Movimentos Sociais LGBT	2020
2.4.5 Fomentar a implementação de política de reserva de vagas para a população travesti e transexuais, respeitando a proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de funcionários existentes na empresa na esfera pública.	Prefeitura Municipal de Florianópolis	Movimentos Sociais LGBT	2021

3 EIXO TURISMO, CULTURA E ESPORTES

3.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais das áreas de Turismo, Cultura e Esportes nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>3.1.1 Promover formação continuada junto às equipes técnicas e gestoras das áreas de Turismo, Cultura e Esportes, incluindo as(os) servidoras(es) terceirizadas(os), empresas contratadas e conveniadas com a prefeitura, rede de hotéis, restaurantes, bares e similares, ouvidoria, centros de informações turísticas e setores responsáveis pelo atendimento, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção e atendimento das pessoas que buscam os serviços; • Estigma e discriminação de classe, gênero, territorialidade, orientação sexual, identidade de gênero, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais. • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a auto identificação de gênero; • Exploração e turismo sexual infantil; • Tráfico de pessoas; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero. 	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Conselho Municipal LGBT</p> <p>Empresas Públicas e Privadas</p> <p>Defensoria Pública</p>	2020

<p>3.1.2 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016 na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços previstos nesse plano, voltados à população LGBT e suas interseccionalidades.</p>	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>Permanente</p>
<p>3.1.3 Inserir na bibliografia de concursos públicos municipais a temática de gênero, Identidade de gênero e orientação sexual.</p>	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades Empresas Públicas</p>	<p>2021</p>
<p>3.2 Linha de ação: Adoção de medidas que visem atendimento igualitário à população LGBT nas áreas de Turismo, Cultura e Esportes</p>			
<p>AÇÕES</p>	<p>ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS</p>	<p>PARCEIROS</p>	<p>PRAZO</p>
<p>3.2.1 Adequar os cadastros/fichas/sistemas físicos e eletrônicos com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade</p>	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e</p>	<p>2021</p>

<p>de Gênero em todos os documentos utilizados pelos serviços de Turismo, Cultura e Esportes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fichas de atendimento e inscrições; • Certificados; • Protocolo de atendimento utilizados na ouvidoria e os centros de informações turísticas (nestes documentos incluir o campo “Violência lesbofóbica, homofóbica, bifóbica e transfóbica”); • Formulários para inscrição de atletas; • Formulário para inscrição de artistas em eventos culturais; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p>	<p>Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Empresas Públicas e Privadas</p> <p>Defensoria Pública</p>	
<p>3.2.2 Gerar e divulgar indicadores a respeito população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Violências.</p>	<p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade Civil</p> <p>Empresas Públicas e</p>	<p>2022</p>

		Privadas	
		Defensoria Pública	
3.2.3 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016 na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços previstos nesse plano, voltados à população LGBT e suas interseccionalidades.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	Permanente
3.2.4 Garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes contemplem e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares LGBT.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2020

<p>3.2.5 Cumprir a Lei orgânica 7.961/09 que prevê “a promoção e o reconhecimento da liberdade, de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e outras providências”.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Florianópolis</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos LGBT</p> <p>Polícia Civil e Militar/SC</p> <p>Guarda Municipal – GMF</p> <p>Defensoria Pública</p> <p>Ministério Público</p>	
<p>3.2.6 Criar e divulgar um guia da cidade com serviços governamentais e não governamentais, informações turísticas, culturais, desportivas e de lazer voltados à população LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p> <p>Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC</p> <p>Fundação Municipal de Esportes – FME</p> <p>Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Embratur</p> <p>Ministério do Turismo</p>	<p>2020</p>
<p>3.2.7 Garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes promovam a visibilidade das expressões identitárias LGBT contemplando as diversidades corporais, assim como dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, as dimensões de classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com</p>	<p>Secretaria Municipal de Turismo – SETUR</p> <p>Secretaria Municipal de Cultura – SECULT</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p>	<p>2020</p>

deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Movimentos Sociais LGBT	
---	--	-------------------------	--

3.3 Linha de ação: Implementação de ações na área do Turismo que visem o respeito à diversidade cultural, orientação o sexual e identidade de gênero

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
3.3.1 Garantir atendimento de qualidade às(aos) turistas vítimas de violências, colaborando na identificação de violências lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas e encaminhamento aos serviços competentes.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Centro de Informações ao Turista – CAT Ouvidoria Municipal	Polícia Civil e Militar Guarda Municipal Movimentos Sociais LGBT Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência Albergues e casas de acolhimento	2020

3.3.2 Divulgar e promover nas diversas mídias e campanhas, os serviços da ouvidoria e centros de informação à(ao) turista.	Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Empresas Públicas e Privadas Defensoria Pública	2020
3.4 Linha de ação: Implementação de políticas públicas desportivas para a população LGBT			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
3.4.1 Incluir no calendário oficial da Fundação Municipal de Esportes, atividades que incentivem práticas desportivas voltadas à população LGBT.	Fundação Municipal de Esportes – FME	Movimentos Sociais LGBT	2021
3.4.2 Criar campanhas publicitárias de enfrentamento ao sexismo e à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia nos esportes, especialmente junto às torcidas, times, atletas, equipes técnicas e dirigentes.	Fundação Municipal de Esportes – FME Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades	2020

3.4.3 Desenvolver projetos esportivos nos espaços públicos de esporte e lazer, visando à integração esportiva e social entre a população LGBT e a comunidade local.	Fundação Municipal de Esportes – FME	Movimentos Sociais LGBT	2020
3.5 Linha de ação: Implementação de ações na área da Cultura que incentivem a produção cultural da população LGBT, contemplan do todas as manifestações e linguagens artístico-culturais			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
3.5.1 Criar editais que promovam projetos e apoio à produção e pesquisa em cultura voltados à temática LGBT.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Conselho Municipal dos Direitos LGBT Movimentos Sociais LGBT Universidades Conselho Municipal de Cultura	2021
3.5.2 Incentivar as produções culturais em suas diversas linguagens que abordem a temática da diversidade sexual por meio de eventos de formação, capacitação e divulgação.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa	2020
3.5.3 Incluir no calendário oficial da Fundação Municipal de Cultura atividades artísticas e culturais que abordem a temática LGBT e datas alusivas, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • 29/01 – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais; • 17/05 – Dia Internacional de Combate a Homofobia; • 28/06 – Dia Mundial do Orgulho LGBT; • 29/08 – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica; • 05/09 – Dia Internacional da Mulher Indígena; • 07/09 – Parada da Diversidade de Florianópolis; 	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Secretaria Municipal de Turismo – SETUR	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2020

<ul style="list-style-type: none"> • 23/09 – Dia da Visibilidade Bissexual • 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra • 20/11 à 10/12 – 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as mulheres; • 01/12 – Dia Mundial de combate a AIDS; • 03/12 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; • 10/12 – Dia Internacional dos Direitos Humanos. • Dentre outras. 	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM		
--	---	--	--

3.6 Linha de ação: Valorização da Cultura e Memória LGBT

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
3.6.1 Integrará Casa de Memória da estrutura administrativa da Prefeitura de Florianópolis, estudos, informações e a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT e a socialização do conhecimento sobre o tema.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Movimentos Sociais LGBT	2021
3.6.2 Realizar mapeamento e publicação periódica de relatórios sobre as expressões culturais LGBT em Florianópolis e incluir no IdCult.	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes – FCFFC Secretaria Municipal de Cultura – SECULT	Conselho Municipal dos Direitos LGBT Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Defensoria Pública	2021
3.6.3 Criar no site institucional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, um espaço próprio que concentre um acervo digitalizado de documentos sobre a história LGBT em Florianópolis que contenha links para sites especializados em notícias e outros conteúdos LGBT, bem como às entidades que integram o movimento social.	Secretaria Municipal de Cultura – SECULT Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Movimentos Sociais LGBT Conselho Municipal dos Direitos LGBT	2021

4 EIXO EDUCAÇÃO

4.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais de Educação nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>4.1.1 Promover formação continuada às(aos) profissionais de educação pública e privada (gestoras(es), técnicos(as) do órgão central, especialistas, professoras(es), secretárias(os), estagiárias(os) e funcionárias(os) contratados e terceirizados) em todos os níveis e modalidades da educação, bem como aos membros e assessores técnicos dos conselhos municipais e membros das associações de pais e professores, contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; • Estigma e discriminação de classe, gênero, territorialidade, étnico-racial, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; (padronizar conforme regimento); • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; 	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Universidades</p> <p>Sindicato das Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino</p> <p>Secretaria Estadual de Educação – SED</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Fórum Municipal de Educação – FME</p> <p>Núcleos de pesquisa</p>	<p>2020</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Escola como espaço de equidade de gênero; • O gênero na docência; • Diferenças de gênero no cotidiano escolar; • Sucesso e fracasso escolar através de um enfoque de gênero; • Práticas esportivas construindo os gêneros; • Gênero no currículo escolar; • Saúde, sexualidade e temas afins como diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez, desejo, prazer, afeto, HIV/Aids e drogas a partir de um recorte de gênero, étnico-racial e de classe; • Arranjos familiares LGBT; • Diversidade sexual na escola. 	<p>Governamentais</p> <p>Instituições de ensino conveniadas à Prefeitura</p> <p>Conselhos Municipais</p>		
<p>4.1.2 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016, para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>Permanente</p>
<p>4.1.3 Inserir na bibliografia de concursos públicos e processos seletivos a temática de gênero e sexualidade, no âmbito municipal.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Secretaria Municipal de Administração – SMAP</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2021</p>
<p>4.2 Linha de ação: Adoção de medidas que visem a inclusão da população LGBT na área da Educação</p>			
<p>AÇÕES</p>	<p>ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS</p>	<p>PARCEIROS</p>	<p>PRAZO</p>
<p>4.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos da rede</p>	<p>Secretaria Municipal de</p>	<p>Conselho Municipal</p>	<p>2021</p>

<p>pública de ensino nos níveis e modalidades da educação competentes ao município, com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ficha de matrícula; • Documentos de identificação estudantil; • Histórico escolar; • Diário de classe; • Certificado de conclusão de curso; • Diploma; • Certificado de curso de aperfeiçoamento profissional; • Atestados e declarações de matrícula, frequência, comprovação de vaga e transferência; • Boletim; • Avaliações realizadas pela(o) estudante; • Avaliação descritiva realizada pela(o) professor(a); • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Crachá; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto • Carteira de Estudantes; • Carteira de Professor; • Cartão de Transporte Urbano; • Demais fichas e cadastros utilizados. 	<p>Educação – SME</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	
<p>4.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p>	<p>2022</p>

		Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Mídias Organizações da Sociedade civil	
4.2.3 Garantir a laicidade da educação em todas as instituições públicas de ensino.	Secretaria Municipal de Educação – SME Instituições públicas de ensino	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2021
4.3 Linha de ação: Inserção da temática LGBT nos sistemas de ensino			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
4.3.1 Elaborar diretrizes curriculares que orientem a promoção do respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, a fim de colaborar para a prevenção e a eliminação das violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no ambiente escolar.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação	Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e particulares de ensino Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	2021

		<p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p>	
<p>4.3.2 Adotar métodos educacionais, currículos, recursos pedagógicos, brincadeiras, brinquedos e outros materiais escolares voltados para criar um ambiente escolar seguro e educativo, sem discriminar orientação sexual e identidade de gênero.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Conselho Municipal de Educação</p> <p>Conselho Estadual de Educação</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial</p>	<p>2020</p>

		<p>– FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p>	
<p>4.3.3 Envolver a comunidade, pais, mães e/ou outras(os) responsáveis, na discussão sobre diversidade sexual e expressões de gêneros a partir do debate da escola como espaço público, dentro da perspectiva dos direitos humanos e valorização das diferenças.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Conselho Municipal de Educação</p> <p>Conselho Estadual de Educação</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos –</p>	<p>2020</p>

		CEJA	
		Entidades comunitárias	
4.3.4 Fomentar e apoiar a formação de grupos de discussão, apoio, pesquisas e convivência LGBT nas instituições educacionais.	Secretaria Municipal de Educação – SME	Instituições públicas e particulares de ensino Movimentos Sociais LGBT Entidades estudantis Associações de Pais e Professores – APPS	2020
4.3.5 Realizar o Seminário Municipal sobre Direitos LGBT e os desafios para a Educação, incluindo essa temática no Congresso de Educação Básica realizado pela Secretaria Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação – SME	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2021
4.4 Linha de ação: Transversalização das políticas LGBT na área da Educação			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
4.4.1 Realizar busca ativa da demanda e criar políticas intersetoriais de acesso, permanência e conclusão, que visem a alfabetização, elevação da escolaridade e qualificação profissional às pessoas travestis e transexuais.	Secretaria Municipal de Educação – SME Conselho Municipal de Educação	Conselho Estadual de Educação Instituições públicas e particulares de ensino Conselho Municipal LGBT Movimentos Sociais	2021

		<p>LGBT</p> <p>Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</p> <p>Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE</p> <p>Organizações Não Governamentais</p> <p>Associações de Pais e Professores – APPS</p> <p>Centro Educacional de Jovens e Adultos – CEJA</p> <p>Entidades comunitárias</p>	
<p>4.4.2 Identificar junto à população LGBT, nas unidades educacionais do município, as demandas por políticas, sistematizando as ações já existentes de forma a articular programas, projetos e serviços no município.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p>	<p>Instituições públicas e particulares de ensino</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	<p>2020</p>

<p>4.4.3 Fomentar o registro e a divulgação de práticas pedagógicas sobre as temáticas de gênero e diversidade sexual na escola e realizar um encontro anual para socialização de experiências.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p>	<p>Instituições públicas e particulares de ensino</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	<p>2020/2021/2022</p>
<p>4.4.4 Garantir visibilidade às obras que tratam da diversidade sexual, identidade de gênero, orientação sexual e direitos da população LGBT e suas especificidades nas bibliotecas escolares e comunitárias.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Conselho Municipal de Educação</p> <p>Conselho Estadual de Educação</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2020</p>
<p>4.4.5 Garantir a aquisição de materiais pedagógicos que representem concepções diferenciadas de família e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação – SME</p> <p>Conselho Municipal de Educação</p> <p>Instituições públicas e particulares de ensino</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Conselho Estadual de Educação</p>	<p>2020</p>

5 EIXO SEGURANÇA

5.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) gestoras(es) e agentes de Segurança Pública nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>5.1.1 Promover formação continuada às(aos) profissionais da segurança pública e privada (gestoras(es), técnicos do órgão central, estagiárias(os), guardas municipais, vigilantes, seguranças e funcionárias(os) contratadas(os) e terceirizadas(os)), contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a auto identificação de gênero; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Respeito às orientações sexuais e identidades de gênero nas abordagens dos profissionais de segurança, em conformidade ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e a Secretaria Nacional de Segurança Pública. 	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada Prestadoras de Serviços no Município de Florianópolis – SINDVIG</p> <p>Conselho de Segurança de</p> <p>Secretaria de Segurança Pública – SSP</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG</p> <p>Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência – CREMV</p>	2020

<p>5.1.2 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016 para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos LGBT Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>Permanente</p>
<p>5.1.3 Inserir temáticas de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas nas disciplinas de “Direitos Humanos” dos currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento das polícias.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Instituto Geral de Perícia Guarda Municipal</p>	<p>Secretaria Estadual de Segurança Pública ACADEPOL Secretaria de Segurança Pública – SSP Conselho Tutelar do município de Florianópolis Centro de Referência Especial de Assistência Social – CREAS Centro de Referência à População que Vive em Situação de Rua – Centro POP</p>	<p>2020</p>
<p>5.1.4 Elaborar manual didático-pedagógico com diretrizes acerca da melhor abordagem e tratamento à população LGBT, considerando as suas peculiaridades, bem como à prevenção aos delitos de intolerância lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública – SSP Movimentos LGBT Universidades Institutos de pesquisa</p>	<p>2020</p>

5.1.5 Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão a temática de gênero e sexualidades.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2021
<i>5.2 Linha de ação: Adoção de medidas que promovam segurança e respeito à população LGBT nas áreas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão</i>			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
5.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas em todos os documentos utilizados, como: <ul style="list-style-type: none"> • Formulários e fichas de protocolo de atendimentos; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto • Demais cadastros utilizados. 	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Instituições públicas e particulares de ensino	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2021
5.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Violências.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	2022

	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Mídias Organizações da Sociedade civil	
5.2.3 Garantir o cumprimento do Decreto Municipal nº 3.868 de 16 de dezembro de 2005, que determina a identificação em local visível do nome, patente ou cargo bordados na roupa das (os) profissionais de segurança pública, bem como garantir as devidas sanções em razão do descumprimento do decreto já mencionado.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal	Secretaria Estadual de Segurança Pública Movimentos Sociais LGBT	2020
5.2.4 Garantir o cumprimento da laicidade nos órgãos de segurança pública municipal.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Coordenadoria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – COPPIR	2020
5.2.5 Elaborar campanhas educativas e informativas criando estratégias de divulgação para a população LGBT com o tema segurança pública, tendo em vista a adoção das terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de maneira a criar mecanismos de prevenção e defesa.	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC Guarda Municipal	Secretaria de Segurança Pública – SSP Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais	2020

		<p>Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	
<p>5.2.6 Criar cartilhas e informativos acessíveis que promovam ações de enfrentamento às violências lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas, transfóbicas.</p>	<p>Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SMSDC</p> <p>Guarda Municipal</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública – SSP</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de Pesquisa</p>	<p>2020</p>

6 EIXO COMUNICAÇÃO

6.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais na área da Comunicação nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas.

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>6.1.1 Promover formação continuada aos profissionais e estagiárias(os) da comunicação e funcionárias(os) contratadas(os) e terceirizadas(os), contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; • Estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a auto identificação de gênero; Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Uso da linguagem não sexista. 	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p> <p>Sindicato dos Jornalistas</p> <p>Sindicato das Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina – SINTTEL</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	2020
<p>6.1.2 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016 para a elaboração das atividades de formação continuada.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	Permanente
<p>6.1.3 Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Comunicação a temática de orientação sexual e</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação –</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de</p>	2021

identidade de gênero.	SECOM Secretaria Municipal de Administração – SMAP	Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	
6.2 Linha de ação: Adoção de medidas que promovam inclusão e respeito da população LGBT nas áreas de Comunicação			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
6.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados como: <ul style="list-style-type: none"> • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos; • Certificados; • Crachá e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto • Demais fichas e cadastros utilizados. 	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2021
6.2.2 Gerar e divulgar dados e levantamentos sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2022

		Universidades Institutos de pesquisa Organizações da Sociedade civil	
6.2.3 Normatizar e padronizar a linguagem de mídia de acordo com o Manual de Comunicação ABGLT e o Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem, contemplando nas imagens a diversidade em todos os seus segmentos.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM Sindicato dos Jornalistas Sindicato das Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina – SINTTEL	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Organizações da Sociedade civil	2020
6.2.4 Fomentar assessoria de imprensa em todos os eventos realizados pelas coordenadorias e secretarias sobre a temática LGBT.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	2020
6.2.5 Divulgar programas, ações e serviços das organizações não governamentais, associações, grupos, coletivos, fóruns, movimentos sociais LGBT do município.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades	2020

		Institutos de pesquisa Organizações da Sociedade civil	
6.3 Linha de ação: Ações de combate à discriminação e valorização da população LGBT			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
<p>6.3.1 Criar campanhas publicitárias alusivas a datas tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29/01 – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais; • 17/05 – Dia Internacional de Combate a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia; • 28/06 – Dia Mundial do Orgulho LGBT; • 29/08 – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica; • 05/09 – Dia Internacional da Mulher Indígena; • 07/09 – Parada da Diversidade de Florianópolis; • 23/09 – Dia da Visibilidade Bissexual; • 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra • 20/11 a 10/12 – 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as mulheres; • 01/12 – Dia Mundial de combate a AIDS; • 03/12 – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; • 10/12 – Dia Internacional dos Direitos Humanos entre outros. 	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Coordenadoria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – COPPIR</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM</p>	Permanente
6.3.2 Adotar em todas as formas de comunicação e mídias/publicidades, linguagens e formatos acessíveis de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e	Permanente

		<p>Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD</p> <p>Universidades</p> <p>Institutos de pesquisa</p>	
<p>6.3.3 Criar, produzir e garantir que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços das áreas de Turismo, Cultura e Esportes promovam a visibilidade das expressões identitárias LGBT contemplando as diversidades corporais, assim como dimensões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, as dimensões de classe, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, regional, diversidade religiosa, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade e comunidades tradicionais.</p>	<p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Coordenadoria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – COPPIR</p> <p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD</p>	<p>2020</p>

		Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CONDIM	
--	--	--	--

7 EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL

7.1 Linha de Ação: Promoção de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais da Assistência Social nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
Ação eleita na II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT como Prioridade Municipal			
<p>7.1.1 Promover formação inicial e continuada junto às equipes técnicas e gestoras de toda rede socioassistencial do SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social abrangendo os serviços de proteção social básica, de média, alta complexidade, bem como demais setores), conselho municipal de assistência social (demais conselhos), empresas terceirizadas, entidades conveniadas e contratadas pela prefeitura contemplando os seguintes temas e sua problematização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção, atendimento e acolhimento das pessoas usuárias; • Estigma e discriminação de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade; • Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; • Violências contra a população LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); • Violência doméstica e familiar contra a população LGBT; • Inclusão das pessoas LGBT com deficiência nas ações e programas que abordam Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais; 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Conselhos profissionais</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p> <p>Organizações não-governamentais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>	<p>2020</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a auto identificação; • Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; • Arranjos familiares LGBT; • Dificuldades, desafios e possibilidades de garantia dos direitos LGBT no contexto da Assistência Social. 			
<p>7.1.2 Consultar o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, instituída por meio da Lei Nº 10.018/2016 para a elaboração das capacitações.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>Permanente</p>
<p>7.1.3 Promover ações socioeducativas sobre os direitos, benefícios e serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como atividades <i>in loco</i> nos albergues, casas de acolhimento, pensões, casas de cafetinagem, locais de prostituição, centros comunitários, associações e organizações não governamentais, de forma a abranger a população LGBT em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Núcleos de pesquisa</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>	<p>2020</p>
<p>7.1.4 Inserir na bibliografia de concursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social a temática de gênero e sexualidades.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de</p>	<p>2021</p>

	- SEMAS Secretaria Municipal de Administração – SMA	Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	
--	--	--	--

7.2 Linha de ação: Adoção de medidas que promovam inclusão e respeito da população LGBT nas áreas de Assistência Social

AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
<p>7.2.1 Adequar os cadastros/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social abrangendo os serviços de proteção social básica, de média, alta complexidade, bem como demais setores), empresas terceirizadas, entidades conveniadas e contratadas pela prefeitura com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e a inclusão da modalidade “Violência lesbofóbica, homofóbica, bifóbica e transfóbica” em todos os documentos utilizados pela rede socioassistencial, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fichas e formulários de atendimento; • Cadastro de pessoas em situação de rua; • Prontuário do SUAS; • Cadastro no Sistema de Benefícios Eventuais; • Cadastro no Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV; • Sistema CAD Único; • Certificados; • Crachás e outras formas de identificação; • Contra cheque; • Recibos de pagamento; • Ficha de frequência/ponto; • Formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p> <p>Secretaria Municipal de Administração - SMA</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	2021

<p>públicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demais fichas e cadastros utilizados. 			
<p>7.2.2 Gerar e divulgar dados sobre a população LGBT no município baseados nos novos campos de preenchimento: Nome Social, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Violências.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Universidades</p> <p>Instituto de pesquisa</p> <p>Mídias</p> <p>Organizações da Sociedade civil</p>	<p>2022</p>
<p>7.2.3 Divulgar os programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais e suas formas de acesso, tais como:</p> <p>Benefícios Eventuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Benefício alimentação; • Benefício funeral; • Benefício Natalidade; • Benefício Transporte I; • Benefício Transporte II; <p>Cadastro Único:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Isenção de pagamento de taxa de inscrição para concurso público; • Redução da tarifa de energia elétrica; • Telefone social; 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM</p>	<p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2020</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Tarifa social; • Programa Minha Casa Minha Vida; • Benefício de Prestação Continuada; • Bolsa família; 			
<p>7.2.4 Reconhecer as múltiplas possibilidades de configurações familiares no acesso aos serviços e sistema de garantia de direitos.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>	<p>2020</p>
<p>7.2.5 Garantir que, nos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sejam asseguradas as especificidades da população LGBT, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito às orientações sexuais e identidades de gênero; • Laicidade no atendimento respeitando a diversidade religiosa; • Respeito à identidade de gênero quanto à estética pessoal; • Reconhecimento das múltiplas configurações familiares. 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p>	<p>2020</p>
<p>7.2.6 Garantir o acesso, atendimento e acompanhamento da população LGBT em situação de violência pelo Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV, na falta de um Centro de Referência LGBT.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Defensoria Pública do</p>	<p>2020</p>

		Estado Ministério Público do Estado	
7.2.7 Assegurar que as campanhas, publicações, orientações técnicas e normativas dos programas, projetos, ações e serviços da rede de atendimento do SUAS, contemplem as concepções diferenciadas de família e promovam a visibilidade dos diversos arranjos familiares LGBT.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	2020
7.2.8 Produzir junto aos movimentos sociais LGBT material educativo e informativo sobre os serviços, ações, programas e projetos socioassistenciais do município, utilizando linguagens e formatos acessíveis, de acordo com as terminologias e definições incorporadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD Universidades Institutos de pesquisa	2020
7.2.9 Consultar os movimentos sociais LGBT e Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais na idealização, construção e implementação dos programas, projetos, ações e serviços voltados à assistência e aos direitos da população	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e	Permanente

LGBT.		Transexuais	
		Movimentos Sociais LGBT	
7.2.10 Construção de programas e ações de enfrentamento às diversas formas de violências, em razão da orientação sexual e identidade de gênero.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Universidades Institutos de pesquisa Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD	2021
7.2.11 Realizar mapeamento específico junto aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, a respeito da população LGBT vulnerabilizada em função da orientação sexual e identidade de gênero.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2021
7.2.12 Incentivar e acolher projetos de organizações públicas e sociedade civil direcionados a ações de assistência e defesa dos direitos da população LGBT.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais	2020

		LGBT	
7.2.13 Apoiar os movimentos sociais LGBT em seus projetos de fortalecimento das redes socioassistenciais.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	Permanente
<i>7.3 Linha de ação: Adoção de medidas que respeitem as especificidades da população LGBT em Situação de Rua</i>			
AÇÕES	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	PRAZO
7.3.1 Garantir o acesso da população LGBT às casas de acolhimento e aos albergues públicos e conveniados à Secretaria Municipal de Assistência Social, e que estes espaços respeitem as suas especificidades de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, étnico-raciais, classe, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e população em situação de rua, diversidade religiosa e pessoas privadas de liberdade.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Entidades socioassistenciais	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado	2020
7.3.2 Assegurar que pessoas travestis e transexuais tenham acesso e segurança nos albergues públicos e conveniados respeitando sua identidade de gênero.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Entidades socioassistenciais	Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais Movimentos Sociais LGBT	2019

		Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado	
<p>7.3.3 Indicar que as entidades que firmarão termo de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitem as especificidades da população LGBT, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito à identidade de gênero no acesso ao alojamento; • Não obrigatoriedade de participação nas atividades de cunho religioso ofertadas pela entidade; • Respeito à diversidade religiosa; • Respeito à identidade de gênero quanto à estética pessoal (corte de cabelo, maquiagem, vestimenta, etc.); • Participação das(os) funcionárias(os) em atividades de formação continuada oferecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p> <p>Entidades socioassistenciais</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>	2020
<p>7.3.4 Realizar mapeamento das pessoas LGBT em situação de rua para a construção de ações específicas e identificação das vulnerabilizações a que esta população está sujeita.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p>	2020
<p>7.3.5 Garantir que, nos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sejam assegurados direitos tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento para atendimento jurídico na Defensoria Pública; • Atendimento psicossocial; • Acolhimento de pessoas LGBT em situação de violação de direitos e/ou situação de rua; • Cursos de formação e capacitação profissional; 	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos LGBT</p> <p>Movimentos Sociais LGBT</p> <p>Defensoria Pública do Estado</p> <p>Ministério Público do Estado</p>	2022

REFERÊNCIAS

BRASIL/IPEA. **Manual Orientador da 2ª Conferência Nacional LGBT**: Brasília/DF: SDH, 2011, Endereço eletrônico:

http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT_II/manual_orientador_2_conferencia_lgbt.pdf

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. **Quem a homofobia matou hoje?** Endereço eletrônico: <https://homofobiamata.wordpress.com>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres. **Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT**: Florianópolis/SC: PMF, 2008, 63p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres. **Relatório final da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**: Curitiba/PR, 2016. Endereço eletrônico: <http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Relat%C3%B3rio-CURITIBA.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal de Promoção à Diversidade e Cidadania LGBT**: Rio de Janeiro/RJ: PMRJ, 2014. Endereço eletrônico: <http://niteroi.rj.gov.br/downloads/plano-lgbt.pdf>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT**: Brasília/DF, 2009. Endereço eletrônico: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL. **Monitoramento de Violências contra Pessoas Trans no Brasil**. Endereço eletrônico: <http://redetransbrasil.org/a-rede.html>

SANTA CATARINA. Secretaria Executiva da Articulação Nacional. **Governo do Estado assina Termo de para Enfrentamento a Homofobia**. 2011. Endereço

eletrônico:http://www.san.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=977&Itemid=1

TRANSGENDER EUROPE. **Transgender Day of Visibility 2016 – Trans Murder Monitoring Update.**Endereço eletrônico: <http://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/>